



Hugo Farinha Bandola

Integração das Questões Ambientais na Produção de Instrumentos de Gestão Territorial

Relatório de Estágio II
de Mestrado em Gestão do Território
com especialização em Ambiente e Recursos Naturais

MARÇO, 2011

Hugo Farinha Bandola,
Relatório de Estágio, 2011



Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território com especialização em Ambiente e Recursos Naturais, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Maria José Roxo e o Doutor Raúl Lopes Simão.

Declaro que este Relatório de Estágio é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

Hugo Farinha Bandola,

Lisboa, 15 de Março de 2011

Declaro que este Relatório de Estágio se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador do Estágio,

Lisboa, 15 de Março de 2011

Quero dedicar este Relatório de Estágio, principalmente, à minha família, aos pais, aos avós e à irmã, pois ao longo destes anos sempre me apoiaram nas alturas que foram menos boas da minha vida, mas sempre me deram força dizendo que eu era o orgulho da família, por ser o primeiro elemento a entrar no ensino superior e por apenas pouco mais de 6 anos depois sair de lá não como Licenciado, mas sim como Mestre.

Muito Obrigado por tudo o que têm feito por mim!

AGRADECIMENTOS

Ao Doutor Raúl Lopes Simão da Traço & Ambiente, pela disponibilidade, orientação e apoio prestado, bem como pela confiança que depositou em mim, dando a oportunidade de abraçar um projecto de revisão de um Plano Director Municipal, que foi ao mesmo tempo aliciante e um grande desafio.

À orientadora no Mestrado em Gestão do Território, a Professora Doutora Maria José Roxo, que me permitiu expandir os horizontes de conhecimento, pela amizade e pelo apoio e motivação constantes.

À minha família, em especial aos pais e avós, pelos valores que incutiram, pelo apoio e amizade constantes, sem os quais não teria sido possível a realização deste estágio.

[RESUMO]

[ABSTRACT]

[RELATÓRIO DE ESTÁGIO]

[DISSERTATION]

[Hugo Farinha Bandola]

PALAVRAS-CHAVE: Azambuja, Ordenamento do Território, Plano Director Municipal, Questões Ambientais, Relatório de Estágio

KEYWORDS: Azambuja, Environmental Issues, Municipal Master Plan, Planning, Report Stage

Este Relatório de Estágio tem como objectivo apresentar o trabalho desenvolvido durante o ano de estágio, como componente não lectiva do Mestrado em Gestão do Território com especialização em Ambiente e Recursos Naturais, necessária para a conclusão do 2º Ciclo. O referido estágio teve a duração de um ano, tendo sido iniciado a 1 de Abril de 2009 e terminado a 31 de Março de 2010.

São orientadores do presente estágio, a Professora Doutora Maria José Roxo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e o Doutor Raúl Lopes Simão, da empresa Traço & Ambiente, Consultoria em Ordenamento do Território e Ambiente. O ponto-chave deste estágio passou pela aplicação dos conhecimentos adquiridos, durante a componente curricular, às exigências do mercado de trabalho.

Apesar da participação em diversos projectos, acompanhou-se mais de perto a revisão ao Plano Director Municipal de Azambuja, nomeadamente no que diz respeito à elaboração do relatório de condicionantes biofísicas, que foi realizado praticamente quase na íntegra pelo mestrando.

The Internship Report is to present the work during the internship year as a component of non-teaching Masters in Management with specialization in Planning and Natural Resources, required for completion of the 2nd cycle. That stage lasted a year and was started April 1, 2009 and ending on March 31, 2010.

Are guiding this stage, Dra. Maria José Roxo from Faculdade de Ciências Sociais e Humanas and Dr. Raul Lopes Simão from the company Traço & Ambiente, Consultoria em Ordenamento do Território e Ambiente. The key point of this stage passed by the application of knowledge acquired during the curricular component of the requirements of the job market.

Despite the involvement in several projects, was accompanied by a closer review the Master Plan Municipal de Azambuja, particularly as regards reporting of biophysical conditions, which was held virtually in full by the graduate student.

ÍNDICE

Preâmbulo	9
Introdução.....	10
I - Apresentação do Estágio.....	11
I. 1. Caracterização da Instituição onde se realizou o Estágio	11
I. 2. Questões Teóricas e Metodológicas que surgiram durante o estágio	12
I. 3. Comentários sobre as Opções Adoptadas no decorrer do estágio.	15
II - Actividades Desenvolvidas.....	16
II. 1. Natureza dos Planos Acompanhados	16
II. 2. Relatórios elaborados para o Desenvolvimento desses Planos.....	18
II. 3. Contributo do Estágio para o Desenvolvimento pessoal e profissional	41
III - Reflexão Crítica.....	42
Conclusões	45
Lista de Abreviaturas.....	47
Lista de Figuras	48
Lista de Quadros.....	49
Referências Bibliográficas	50

PREÂMBULO

Este Relatório de Estágio tem como objectivo apresentar o trabalho desenvolvido durante o ano de estágio, no âmbito da componente não lectiva do mestrado em Gestão do Território com especialização em Ambiente e Recursos Naturais (GTARN). O estágio foi enquadrado em protocolo oportunamente estabelecido entre a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e a empresa Traço & Ambiente, Consultoria em Ordenamento do Território e Ambiente, Lda. (T&Amb).

Foi orientado pela, Professora Doutora Maria José Roxo da FCSH e o Doutor Raúl Lopes Simão, da empresa T&Amb. Teve a duração de um ano, tendo sido iniciado a 1 de Abril de 2009 e terminado a 31 de Março de 2010. O aspecto mais relevante deste estágio corresponde à aplicação dos conhecimentos adquiridos durante a componente curricular, às necessidades do mercado de trabalho.

Este propósito foi totalmente atingido, pois durante o último ano foi necessária a utilização de todos os recursos aprendidos na Licenciatura e no Mestrado, para executar os diversos projectos desenvolvidos na empresa, tais como a revisão de Planos Directores Municipais, Avaliações Ambientais Estratégicas através da identificação dos diversos Factores Críticos de Decisão e elaboração de Planos de Pormenor.

Apesar da participação em diversos projectos, acompanhou-se mais de perto a revisão ao Plano Director Municipal de Azambuja, nomeadamente no que se refere ao relatório de Condicionantes Biofísicas, que foi elaborado praticamente na íntegra pelo mestrando. Ao realizar este projecto foi possível deduzir a necessidade de aprender e adquirir mais conhecimentos, pois num relatório com esta importância é fundamental que não existam erros na sua elaboração.

Para além dos saberes adquiridos ao longo de quase seis anos de estudo em Geografia, foi fundamental a colaboração dos orientadores de estágio, a Professora Doutora Maria José Roxo, o Dr. Raul Lopes Simão, bem como da Dr.^a Carla Rodrigues, da T&Amb, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento dos relatórios elaborados ao longo do último ano.

INTRODUÇÃO

A escolha da empresa T&Amb para realizar o estágio não foi fácil uma vez que ao chegar ao último ano do mestrado em GTARN não existiam muitas entidades dispostas a receber um mestrando para realizar o estágio curricular. No entanto, depois de trocar impressões com a orientadora, a mesma sugeriu a empresa T&Amb, pois as actividades lá desenvolvidas iam ao encontro das expectativas desejadas.

Quando foi iniciado o estágio na T&Amb em 1 de Abril de 2009, a empresa encontrava-se na fase inicial da elaboração dos relatórios de revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Azambuja, entre outros projectos. Neste sentido, o mestrando concentrou toda a atenção e deu prioridade aos diversos relatórios de revisão do PDM de Azambuja.

O processo de revisão do PDM de Azambuja consistiu na elaboração de um conjunto de relatórios temáticos, resultantes dos diversos estudos de caracterização. Foram no total elaborados 16 relatórios. Estes relatórios fizeram parte da primeira fase de diagnóstico do Concelho de Azambuja. Posteriormente, será efectuado um pré-modelo de ordenamento (2ª fase), que dará origem a um modelo de ordenamento (3ª fase).

O presente Relatório de Estágio foi estruturado em três pontos essenciais. No primeiro apresenta-se o projecto de estágio, através da caracterização da instituição onde foi realizado, mencionando-se os problemas teóricos e metodológicos que surgiram durante a realização dos trabalhos, e apresentam-se alguns comentários sobre as opções adoptadas no decorrer desta experiência profissional.

O segundo ponto mostra em concreto e com especial atenção, as actividades que foram desenvolvidas ao longo do estágio na T&Amb. Inicialmente, refere-se a natureza dos planos acompanhados, depois enumeram-se os relatórios elaborados para o desenvolvimento desses planos, finalizando-se com a descrição do contributo do estágio para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Por fim, no terceiro ponto apresenta-se uma reflexão, que pretende demonstrar um apanhado geral de tudo o que aconteceu durante o estágio, no que se refere a questões de aprendizagens ou de resolução de dificuldades, uma vez que este estágio foi muito diversificado, tendo sido desenvolvidas tarefas que em nada se relacionavam, mas em que tudo tinham a ver com o bom funcionamento da T&Amb.

Capítulo I: Apresentação do Estágio

I. 1. Caracterização da Instituição onde se realizou o Estágio

A empresa Traço e Ambiente, Consultoria em Ordenamento do Território e Ambiente Lda., apresenta como principal sector de actividade a elaboração, acompanhamento e consultoria em projectos de Ordenamento do Território (OT), entre os quais, Instrumentos de Gestão Territorial (IGT)¹, elaboração de relatórios de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) e execução de descritores na sua área de actividade no âmbito de procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). Está associada a um processo interventivo e multidisciplinar, que garante desde o princípio uma correcta articulação e coordenação de meios.

A T&Amb pretende ser uma empresa de futuro e de referência na actividade que desenvolve, estimulando para isso os seus recursos internos, melhorando as técnicas, os procedimentos e os métodos aplicados e desenvolvendo interfaces externas. A empresa T&Amb tem instalações no centro de Queluz, mais propriamente na Avenida António Enes n.º10, 1.ºesq.

Enquadra-se no estatuto de Pequenas e Médias Empresas (PME), incluindo actualmente no seu quadro empresarial dois geógrafos e um urbanista. Dispõe ainda de um vasto leque de consultores em áreas como arquitectura, engenharia ambiental, engenharia florestal, para além dos diversos consultores fixos.

Actualmente a T&Amb coloca todo o seu empenho e competência, nas seguintes áreas de actuação:

- Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT);
- Delimitação de Reserva Agrícola Nacional (RAN);
- Delimitação de Reserva Ecológica Nacional (REN); e
- Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

¹ Figura Legal instituída na Lei de Bases de Ordenamento do Território

I. 2. Questões Teóricas e Metodológicas que surgiram durante o estágio

A integração na T&Amb foi muito boa. Logo de início foi fornecida uma pasta com informação detalhada sobre os projectos que estavam a ser desenvolvidos no momento, o que permitiu uma fácil adaptação ao ambiente da empresa. Através destes dados foi possível ter a oportunidade de perceber as responsabilidades e funções a desempenhar ao longo do estágio.

A Dr.^a Carla Rodrigues, da T&Amb, teve um papel crucial na integração na empresa, através da explicação dos vários relatórios a serem desenvolvidas ao longo dos planos que estavam a ser elaborados. O seu acompanhamento foi muito importante, principalmente no início, pelas recomendações sobre as melhores formas de proceder nas diversas actividades desenvolvidas.

O Dr. Raúl Lopes Simão, responsável da empresa T&Amb foi igualmente, alertando para pormenores que poderiam melhorar o desempenho e explicando claramente a abordagem a seguir perante os diferentes projectos a realizar. Sempre que surgiam dúvidas, estas eram esclarecidas, quer com a Dr.^a Carla Rodrigues quer com o Dr. Raúl Lopes Simão.

Foi muito importante fazer as diversas deslocações às áreas que estavam a ser estudadas, pois só no terreno se consegue ter uma perspectiva real da situação que está a ser analisada. Rapidamente, se foi ganhando autonomia suficiente para realizar as tarefas do dia-a-dia de trabalho e tomar a iniciativa de desenvolver alguns relatórios, sem esperar que fosse necessária a indicação para as fazer.

A integração na equipa de trabalho também foi decisiva, pois à partida, assumiu-se logo uma atitude activa que se traduziu pelo auxiliar em tudo o que fosse necessário. Neste sentido, participava-se nas reuniões semanais de trabalho em que todos expunham as suas dificuldades ou sugestões acerca das actividades que estavam a desenvolver nos relatórios.

Assim desempenhou-se um papel importante nas equipas de planeamento e ordenamento do território, através da responsabilidade de desenvolver as questões ambientais e de recursos naturais, com base no estudo de fenómenos físicos e humanos à escala local, regional e nacional, analisando-se a forma como os fenómenos se distribuem no espaço, as causas e consequências dessa distribuição e as inter-relações que se estabelecem entre esses elementos.

Entre os elementos físicos estudados, encontraram-se a morfologia, o tipo do solo, as condições climáticas e a vegetação natural de determinada área, bem como o relevo quanto à sua forma, variação das altitudes e a extensão das diferentes unidades. Realizaram-se igualmente, estudos sobre a rede hidrográfica e análise dos materiais rochosos que constituíam os diferentes solos.

Em relação à caracterização climática, analisou-se entre outros parâmetros, a variação da precipitação, a amplitude térmica, a velocidade e a direcção dos ventos, bem como a influência de altas ou baixas pressões. De acordo com as informações obtidas, classificou-se o clima de determinada área em estudo, obedecendo às tipologias estabelecidas pela classificação de Koppen.

Procedeu-se também, ao estudo e classificação das associações vegetais características das regiões, registando o tipo de plantas predominantes nos diferentes estratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo) e a extensão de território que ocupavam, classificando as associações segundo as suas características bio-geográficas, como por exemplo as florestas.

Entre os fenómenos humanos estudados, salientam-se a população, o tipo de povoamento, as actividades económicas e a distribuição dos equipamentos e infra-estruturas. A análise demográfica requereu uma classificação, por exemplo, segundo o número de habitantes e de residentes, a idade, o sexo, o grau de escolaridade e a profissão.

O estudo da população das diferentes áreas geográficas sobre as quais foram realizadas planos foi efectuada recorrendo aos dados estatísticos ou procedendo a levantamentos. Em relação à forma como a população ocupa o espaço, teve-se em conta, se a população se concentra em determinado ponto ou se está dispersa. Igualmente, relacionada com a ocupação do solo está a análise das actividades económicas desenvolvidas pela população.

Neste âmbito, registaram-se entre outras actividades, o tipo de agricultura praticado, a indústria existente e a presença do sector terciário. Analisou-se também, a distribuição dos equipamentos sociais, tais como recintos de culto, de educação e de diversão, bem como a distribuição das infra-estruturas, designadamente, vias de comunicação e de abastecimento.

Com as informações recolhidas nos estudos e após a análise das inter-relações entre os diversos fenómenos, elaboraram-se estudos integrados, relatórios e mapas que caracterizam o espaço e os diferentes fenómenos físicos e humanos, das diversas áreas.

Estes estudos permitiram à T&Amb emitir pareceres e recomendações, que são de grande importância no apoio às decisões políticas em variados sectores da sociedade, contribuindo com o seu saber e capacidade de interpretação do espaço para o ordenamento do território e para o desenvolvimento territorial equilibrado, de maneira a minimizar e a não repetir os erros ocorridos no passado recente.

Estes relatórios foram particularmente utilizados na elaboração e revisão de planos directores municipais, no planeamento urbanístico, na formação de políticas económicas, na formação de políticas sociais e na protecção do Ambiente.

Por tudo isto, é muito importante possuir uma formação bastante alargada e ter conhecimentos de matérias básicas como por exemplo, história, economia, sociologia, geografia humana, geografia física, geografia económica, estatística e formação em matérias específicas, como o planeamento e desenvolvimento regional e local.

Para executar o trabalho inicialmente proposto recorreu-se com frequência, a tecnologias informáticas. É o caso dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG), que permitem obter, armazenar, manipular e analisar informação espacialmente referenciada.

Além disso, é conveniente possuir entre outras características, curiosidade científica, gosto por fenómenos naturais, fenómenos antropológicos e capacidade para os interpretar, facilidade em usar mapas e propensão para o trabalho de grupo.

Esta é de resto, uma profissão em que é raro o trabalho individual. Justificando-se assim a constituição de equipas pluridisciplinares com arquitectos, arquitectos paisagistas, economistas, sociólogos, urbanistas, engenheiros civis, geólogos, meteorologistas, etc.

A experiência decorrente do presente estágio, permitiu constatar todos estes factos, uma vez que, a coordenação de todos os projectos efectuados na empresa T&Amb couberam sempre a um geógrafo, o Dr. Raúl Simão, independentemente da constituição pluridisciplinar das equipas que executaram as diferentes fases do trabalho.

Para a produção deste Relatório de Estágio seguiram-se duas estratégias complementares. Por um lado, a realização do estágio na empresa T&Amb, onde foi possível efectuar para além de todo o trabalho na empresa, também muito trabalho de campo. Por outro lado, a pesquisa bibliográfica que permitiu abrir horizontes e tomar conhecimento de experiências similares ou relevantes.

I. 3. Comentários sobre as Opções Adoptadas no decorrer do estágio

Em primeiro lugar, a realização do presente estágio, com a duração de um ano, foi uma experiência não só muito gratificante como também de elevada importância, quer a nível pessoal como a nível profissional. Foi uma oportunidade única de conhecer o “mundo” da Geografia e do Planeamento Regional.

Agora que o presente estágio terminou, é possível perceber a verdadeira importância que um geógrafo tem numa equipa de planeamento. A título de exemplo, sem prejuízo da participação na elaboração dos estudos de caracterização da Revisão do PDM de Azambuja de profissionais da área do urbanismo ou da engenharia civil, que trataram de matérias específicas dos diversos descritores abordados, a fase fundamental dos diversos relatórios foram elaborados por geógrafos.

A entrada na T&Amb foi também muito importante, pois sendo o seu coordenador Dr. Raúl Simão um geógrafo, a direcção da equipa de trabalho fica a seu cargo, facto apenas possível em função da amplitude e abrangência técnica que apenas uma disciplina de base como a Geografia permite.

Assim é importante consolidar a imagem estruturante do Geógrafo num “mundo” tão complexo como o do Ordenamento do Território, “mundo” este que foi possível conhecer, através do presente estágio, que serviu fundamentalmente para perceber que ainda existem muitas áreas de estudo e de trabalho, que necessitam um melhor e maior conhecimento.

Graças a ter estagiado na T&Amb teve-se o privilégio de melhorar significativamente os conhecimentos na área de concepção e desenvolvimento de planos de ordenamento do território. A utilização de sistemas de informação geográfica, que é bastante recente e tem suscitado um interesse crescente por todas as áreas de trabalho, foi uma mais-valia conseguida na realização deste estágio. Mais-valia essa que seguramente terá os seus frutos de futuro.

De um modo geral, pode-se afirmar que foi muito bem recebido por toda a equipa da T&Amb, o que teve um forte contributo positivo no decorrer do seu estágio. Fazendo um balanço final, pode-se também declarar que apesar de ter tomado algumas opções erradas, a maior parte das opções adoptadas estiveram certas, pelo que avalia este estágio de uma maneira muito positiva.

II – Actividades Desenvolvidas

II. 1. Natureza dos Planos Acompanhados

As actividades desenvolvidas ao longo deste ano de estágio foram muito diversificadas. Ao longo dos dias era necessária a articulação entre todos os colaboradores da empresa para que tudo decorresse bem e por isso o mestrando acabou por aprender a trabalhar e a acompanhar todos os projectos que a empresa T&Amb esteve envolvida durante os últimos meses.

Foi determinado pelo coordenador de projectos da T&Amb, em simultâneo coordenador da tese, que a colaboração com a T&Amb, atendendo ao objecto do estágio, teria como base a participação do estagiário no procedimento de Revisão do PDM de Azambuja, podendo contudo ser necessária e aconselhável a participação do mesmo em outros procedimentos, designadamente em matéria de Avaliação Ambiental Estratégica.

Tal premissa permitiu ao mestrando a aprendizagem de outro tipo de matérias, tais como, a elaboração de planos de maior pormenor, os referidos procedimentos de AAE ou as delimitações de áreas de Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. De seguida, identifica-se a cronologia dos planos desenvolvidos no período de duração do estágio.

Os meses de Abril e Maio de 2009 foram dedicados à elaboração do Relatório 2 – Enquadramento da Azambuja no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, o qual se debruça sobre as orientações daquele Plano Regional para o território municipal, o que o torna um dos relatórios mais importantes na revisão do PDMA.

Durante este período o mestrando participou ainda na elaboração do Relatório de Definição de Âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Director Municipal do Barreiro, que pretendeu identificar os Factores Críticos de Decisão do procedimento de Avaliação Ambiental Estratégica, atendendo à matéria e ao território em análise.

Nos meses seguintes, participou na elaboração do Relatório 8 – Rede Urbana, que permitiu e serviu como uma base essencial, não só para a fundamentação do sistema urbano a definir em sede de PDM, como igualmente, para fundamentar a generalidade da estratégia de planeamento, nomeadamente, coadjuvando a definição de acessibilidades ou da programação de equipamentos colectivos.

Foi também produzido o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor do Formigão - Entroncamento que estabelecia como principal finalidade encontrar soluções mais eficazes e inovadoras, de modo a evitar e reduzir os efeitos negativos no meio ambiente, resultantes da criação de um novo núcleo urbano na área em estudo.

Durante os meses de Agosto e Setembro de 2009 iniciou-se o Relatório 11 – Infra – Estruturas, que conjugado com a inter-relação que estabeleceu com o ordenamento e planeamento do território, tornou pertinente a caracterização e análise dos sistemas de abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais e recolha e tratamento de resíduos sólidos no Concelho de Azambuja.

Neste período de tempo foi também desenvolvido o Plano de Pormenor da Zona Nascente de Aveiras de Cima, que apresentava como objectivo principal a criação de um parque logístico-empresarial na freguesia de Aveiras de Cima, na área Norte do Concelho de Azambuja. Este pólo industrial assume extrema importância no Concelho devido à sua excelente localização que advém das óptimas acessibilidades, nomeadamente da Auto-Estrada nº1.

Nos meses seguintes, passou-se ao Relatório 6 – Património, que em termos de instrumentos de gestão territorial assume particular importância a identificação e protecção dos bens naturais, ambientais, paisagísticos, paleontológicos, ou arqueológicos, assim como do património construído, entendido não apenas no sentido restrito do “monumento”, mas incluindo o conjunto dos valores patrimoniais que, embora possuindo reduzido valor arquitectónico per si, constitui o que se pode designar de “memória colectiva”.

Por fim, entre Dezembro de 2009 e Fevereiro de 2010, foi a vez da elaboração do Relatório 4, que foi feito quase na íntegra pelo mestrando, o que demonstrou a confiança da empresa T&Amb no seu trabalho, ainda que sempre acompanhado e supervisionado pelos orientadores. O mestrando teve também a oportunidade de assistir a diversos trabalhos de outras áreas complementares, o que se revelou bastante interessante.

II. 2. Relatórios elaborados para o Desenvolvimento desses Planos

Neste capítulo o mestrando tem como objectivo principal mostrar os vários relatórios em que trabalhou activamente, durante o presente estágio. Anteriormente já foi feita referência aos tipos de planos acompanhados, pelo que agora serão apresentados os diversos relatórios que foram elaborados para o desenvolvimento desses planos pelo mestrando. O primeiro a ser exposto será o da revisão do PDMA devido a sua importância.

- ***Plano Director Municipal de Azambuja***

A fase inicial do processo de revisão do PDMA privilegiou a inventariação, aquisição e tratamento da informação que foi considerada necessária para a caracterização e diagnóstico do território, servindo de suporte à posterior fundamentação das opções de planeamento. O mestrando apesar de ter acompanhado todo o processo de revisão, apenas foi parte activa em alguns dos relatórios de caracterização e diagnóstico.

Os estudos sectoriais de caracterização e diagnóstico da situação concelhia conferiram a esta fase um papel estruturante e determinante em todo o processo de elaboração do PDM, dado que teve como objectivo a identificação e análise das dinâmicas locais sobre as quais foi formulada a proposta de ordenamento e desenvolvimento territorial para o Concelho.

Os relatórios elaborados pelo mestrando foram os seguintes:

- Relatório 2 – Enquadramento da Azambuja no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
- Relatório 4 – Condicionantes Biofísicas, Paisagem e Qualidade do Meio
- Relatório 6 – Património
- Relatório 8 – Rede Urbana
- Relatório 11 – Infra – Estruturas

O Relatório 2 – Enquadramento da Azambuja no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, sistematizou e espacializou o conjunto de normas que o PROT OVT orienta para o território de Azambuja. O PROT OVT define as estratégias de base territoriais para o desenvolvimento do Oeste e Vale do Tejo, contemplando, designadamente:

- A concretização das opções constantes dos instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional, no respeito pelos princípios gerais da coesão, da equidade, da segurança de pessoas e bens, da competitividade, da sustentabilidade dos recursos naturais e da qualificação ambiental, urbanística e paisagística do território.
- A inserção destes territórios nas dinâmicas de afirmação da Região de Lisboa e Vale do Tejo no contexto das grandes regiões capitais europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o mundo.
- A integração, do ponto de vista estratégico, funcional e territorial, do Novo Aeroporto de Lisboa, enquanto plataforma de mobilidade e motor de desenvolvimento da actividade económica e social, numa perspectiva de afirmação, valorização e estruturação do conjunto da Região.
- O desenvolvimento das actividades logísticas e o reforço dos factores de atracção e acolhimento de actividades empresariais, da indústria e dos serviços.
- O reforço da competitividade económica e da sustentabilidade ecológica da agricultura, das explorações agrícolas e florestais.
- A definição de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico que tire partido das singulares condições naturais do Oeste, do Tejo requalificado e da rede urbana valorizada.

O PROT OVT define orientações e propõe medidas para contrariar os fenómenos de urbanização e edificação difusa para fins habitacionais ou instalação de actividades não rurais, promovendo o devido acolhimento das dinâmicas edificatórias no âmbito da programação do sistema urbano e das áreas de localização de actividades.

O PROT OVT estabelece orientações para a clarificação e gestão equilibrada dos vários regimes a que estão sujeitos os diversos territórios e propõe medidas que salvaguardem a segurança de pessoas e bens nas zonas sujeitas a riscos naturais e tecnológicos, incluindo a minimização dos efeitos das situações de cheias do Rio Tejo.

O âmbito territorial do PROT OVT abrange um total de 33 municípios, divididos pelas Nomenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS III) Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo (*Figura 1*): Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Azambuja, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras e Vila Nova da Barquinha. O PROT OVT abarca assim uma população de cerca de 800 mil habitantes distribuídos por uma superfície de 8 792 Km².

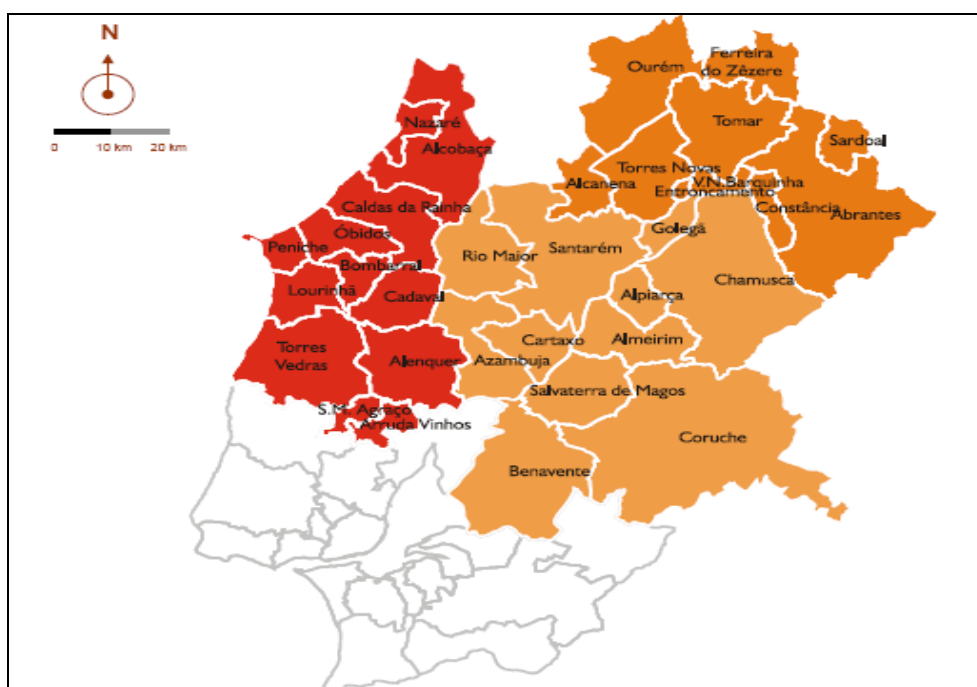


Figura nº 1 – Área de intervenção do PROT OVT
Fonte: Extraído do PROT OVT – CCDD-LVT

O presente relatório revelou-se essencial como ponto de partida para o processo de revisão do PDMA, uma vez que o mesmo aponta quais as directrizes orientadoras de carácter genérico e quais as orientações para o ordenamento do território que o PROT OVT preconiza para o território do Concelho de Azambuja.

O Relatório 4 – Condicionantes Biofísicas, Paisagem e Qualidade do Meio, sistematizou e espacializou o conjunto de factores biofísicos que determinam o território, bem como, a identificação das unidades de paisagem do território municipal. Numa segunda parte pretendeu-se caracterizar a qualidade do meio recorrendo-se a variáveis ambientais disponíveis nas fontes oficiais.

Sendo este um dos relatórios mais importantes na revisão de um PDM, houve a necessidade de dividir a sua elaboração em diversos capítulos, tais como o clima, a geologia e geomorfologia, o relevo, os solos, os recursos hídricos, as unidades de paisagem, a qualidade e fragilidade da paisagem, a qualidade do ar, a qualidade das águas, os valores naturais, as disfunções ambientais e para concluir uma análise SWOT.

No capítulo do clima (*Figura 2*), foram abordadas diversas temáticas, como a classificação climática, a temperatura, a precipitação, a humidade relativa, os ventos dominantes, a nebulosidade e a insolação. O clima do Concelho caracteriza-se essencialmente por temperaturas algo reduzidas ao longo de todo o ano verificando-se uma temperatura média anual de 16,3°C e uma amplitude térmica moderada (12,6°C).

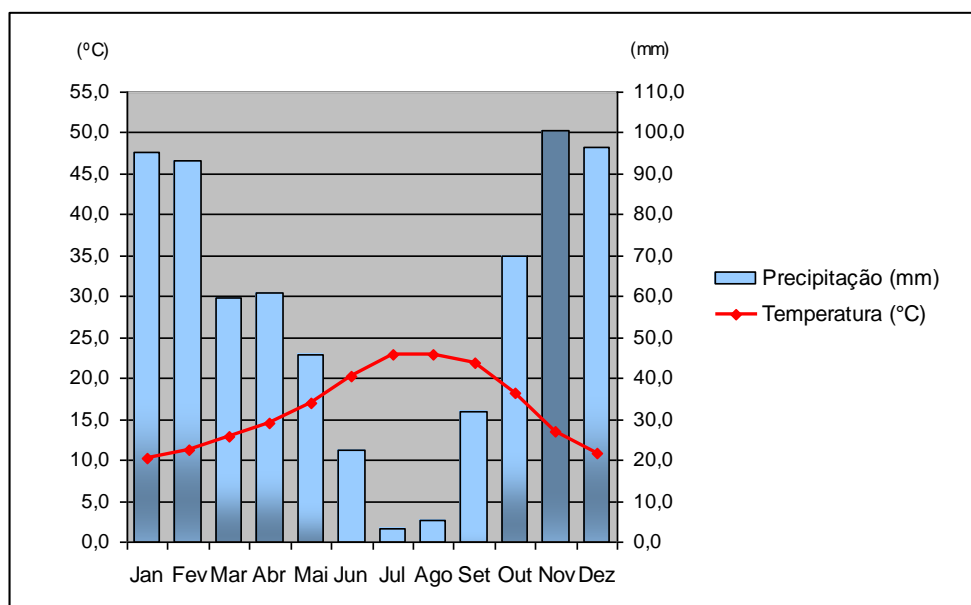


Figura nº 2 – Gráfico termopluviométrico da estação climatológica da Fonte Boa (Azambuja)
Fonte: Relatório 4 – Condicionantes Biofísicas, Paisagem e Qualidade do Meio, do PDM de Azambuja

Quanto à geologia e geomorfologia, foram caracterizadas as unidades litológicas existentes no Concelho de Azambuja de acordo com o seu enquadramento estratigráfico e ainda a sua tectónica e respectivas falhas.

A área abrangida pelo Concelho de Azambuja apresenta de uma forma geral, três unidades litológicas de acordo com o seu enquadramento estratigráfico:

1. Quaternário – Esta unidade abrange a área Sul do Concelho de Azambuja, nomeadamente a área situada entre as freguesias de Vila Nova da Rainha e Azambuja encontrando-se genericamente associada à planície aluvial do Tejo.
2. Miocénico – Datada da Era Terciária envolve as áreas dos aluviões do Rio Tejo, abrangendo uma larga extensão do Concelho, desde a freguesia de Azambuja até às freguesias de Manique do Intendente e Maçussa, associando-se a toda uma superfície plana percorrida por vales aluvionares afluentes do Tejo.
3. Jurássico Superior e de Cretácico Inferior – Estende-se a Oeste da freguesia de Alcoentre, coincidindo com um elemento relevante da paisagem, a Serra de Montejunto.

Também a caracterização dos recursos hídricos do Concelho de Azambuja foi útil, devido à sua distinção entre recursos hídricos superficiais e recursos hídricos subterrâneos, onde foram identificadas três sub-bacias correspondentes à Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, que fazem parte dos recursos hídricos superficiais do Concelho. As três sub-bacias são respectivamente a sub-bacia de Alenquer, a sub-bacia de Rio Maior e a sub-bacia Tejo 3.

O Concelho de Azambuja tem toda a sua área integrada na Bacia Terciária do Tejo – Sado (*Figura 3*). Esta Unidade Hidrogeológica corresponde a uma grande bacia sedimentar, preenchida por sedimentos terciários e quaternários. Constitui uma depressão alongada na direcção Nordeste-Sudoeste, que é marginada a Oeste e a Norte pelas formações mesozóicas da orla ocidental e a Nordeste, Este e Sudeste pelo substrato hercínico, comunicando a Sul com o Oceano Atlântico, na Península de Setúbal. O enchimento é constituído por depósitos paleogénicos, miocénicos e pliocénicos, recobertos em grande parte por depósitos quaternários.

Quanto aos recursos hídricos subterrâneos do Concelho, foram utilizados os quatro pontos de captura de água subterrânea aí existentes que contêm informação detalhada em relação à quantidade de água existente nesses locais. Esses pontos de captura encontram-se nas freguesias de Alcoentre, Aveiras de Baixo, Aveiras de Cima e Manique do Intendente.

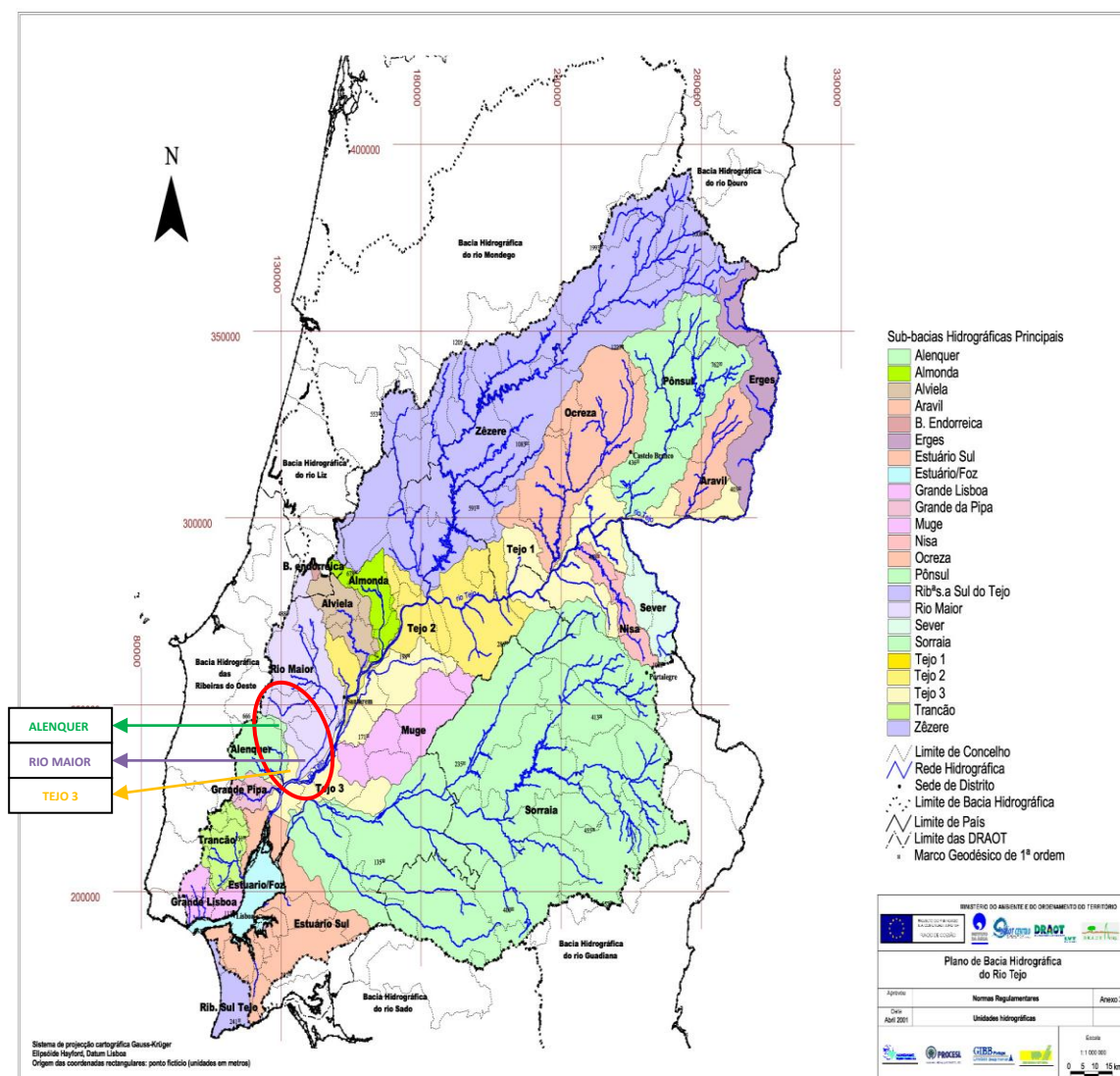


Figura nº 3 – Sub-Bacias principais do plano da bacia hidrográfica do Rio Tejo
Fonte: Relatório 4 – Condicionantes Biofísicas, Paisagem e Qualidade do Meio, do PDM de Azambuja

O relevo foi analisado através dos solos, da hipsometria, do declive, da exposição solar e da morfologia do terreno. Relativamente aos solos, começou-se por estudar os diferentes tipos de solo existentes, para depois verificar a capacidade de usos de solos. A realidade biofísica do Concelho e a proximidade ao principal núcleo urbano do país resultam nos principais factores que conduziram à actual ocupação do solo.

A classificação adoptada divide-se em dois níveis – classes e subclasses – idênticos ao do PROT OVT o que possibilitou desagregar as realidades territoriais mais complexas e compreender a expressão territorial dos fenómenos em estudo e das suas dinâmicas. O quadro de seguida inscrito apresenta as classes e respectivas sub-classes de ocupação do solo identificadas no Concelho da Azambuja.

Classe		Sub-Classes	
AE	Áreas Edificadas	AEC	Áreas Edificadas Compactadas
		AEF	Áreas Edificadas Fragmentadas
		AED	Áreas Edificadas Dispersas
			Tipo 1: entre 3 e 10 edif. / 25ha
			Tipo 2: entre 10 a 25 edif. / 25ha
			Tipo 3: entre 25 e 50 edif. / 50ha
		AER	Áreas Edificadas em Espaço Rústico
			Tipo 2: 10 a 50 edif. / 25ha
			Tipo 3: > = 50 edif. / 50ha
		AEL	Áreas Edificadas Lineares
			Tipo 1: Contínuas
			Tipo 2: Descontínuas
		EVC	Espaços Vazios em Construção
IE	Indústria Extractiva	IEX	Áreas de Indústria Extractiva
IF	Infra - Estruturas e Equipamentos	EP	Estabelecimento Prisional
IN	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística	IND	Indústria, Comércio, Armazenagem e Logística
AF	Áreas Florestais	AAF	Áreas Agro-florestais
		AFO	Povoamentos Florestais
		AFM	Povoamentos de sobreiros e/ou azinheiras
AA	Áreas Agrícolas	AAG	Áreas Agrícolas
		AAE	Áreas Agrícolas com Estufas
		AAV	Áreas de Pomar, Vinhas, Hortofrutícolas e Olival
		AAP	Áreas Agrícolas de Policultura
		AAA	Áreas de Baixas Aluvionares
AS	Áreas Silvestres	ASM	Matos
AG	Planos de Água	AGA	Albufeiras e Lagoas
		AGR	Cursos de Água

Quadro nº 1 – Classes e Sub-Classes de ocupação do solo no Concelho de Azambuja
Fonte: Relatório 4 – Condicionantes Biofísicas, Paisagem e Qualidade do Meio, do PDM de Azambuja

Integrando a caracterização biofísica de um território, a delimitação de Unidades de Paisagem traduz a formalização de zonas homogéneas, isto é, de áreas em que as componentes paisagísticas convergem para um discurso comum, tornando-se distintas das envolventes. Estas unidades surgem assim, da análise do estudo e cruzamento da informação obtida de todas as componentes analisadas.

A partir da geologia, que é sem dúvida um factor determinante no acto de formalização da paisagem, é entendida a fisiografia, a hipsometria, os declives, as exposições, a hidrografia, a morfologia do território, os solos e a sua ocupação, entre outros factores que constroem a paisagem, levando ao entendimento e demarcação de áreas homogéneas, cuja razão de existir é sustentada pela coerência de todos os factores que a compõem.

As modificações decorrentes da Política Agrícola Comum (PAC) exigem certamente alterações mais ou menos profundas nas paisagens desta unidade, de que são exemplo a valorização dos sistemas vitivinícolas e a expansão florestal para solos de fraca fertilidade. Também a pressão sobre esta unidade ocorre devido à proximidade da Área Metropolitana e à procura de novas tipologias habitacionais, assim como da localização de áreas ou unidades industriais e de actividades ligadas à exploração de parques logísticos.

A qualidade do ar do Concelho de Azambuja foi determinada através das emissões atmosféricas que ocorreram na região e pela análise de dados da qualidade do ar disponíveis para essa mesma região. Os principais poluentes que foram considerados nesta análise foram o Dióxido de Azoto (NO₂), o Dióxido de Enxofre (SO₂), o Ozono (O₃) e as Partículas (PM 2,5 e PM10), responsáveis por efeitos negativos na saúde humana, na vegetação e principais responsáveis, entre outros gases, pelo efeito de estufa.

Os dados vieram das Estações de Alverca e da Chamusca, da Rede da Qualidade do Ar de Lisboa. Importante também referir a caracterização que foi feita da qualidade do ar do Concelho de Azambuja, onde se observou que este apresenta-se superior aos demais concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Para este facto, contribuiu sem qualquer dúvida, o relativo afastamento do Concelho em relação à capital.

Este relatório terminou com os capítulos dos valores naturais, das disfunções ambientais e para concluir uma análise SWOT. Esta análise SWOT teve como principais objectivos a identificação das principais forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que influenciam o Concelho de Azambuja em termos das condicionantes biofísicas, paisagem e qualidade do meio.

No Relatório 6 – Património, efectuou-se uma breve caracterização dos elementos do património arquitectónico, civil, religioso e/ou militar, bem como, do património arqueológico, classificado ou em vias de classificação. Este inventário foi ainda completado com elementos patrimoniais não classificados, mas que em função de características particulares, designadamente histórico patrimoniais, fazem parte dos bens culturais do município e devem ser objecto de protecção no âmbito do PDM.

Para a elaboração do documento anteriormente referido, procedeu-se num primeiro momento a toda a recolha de informação existente nas entidades competentes em matéria de património, recorrendo-se às bases de dados do Instituto de Gestão do Património (IGESPAR) e da ex- Direcção Geral de Monumentos.

Foi ainda efectuada a inventariação dos elementos de património arquitectónico não classificado mas com relevância à escala municipal, com a relevante colaboração dos diversos serviços da Câmara competentes, designadamente o Museu Municipal e o Departamento de Urbanismo, o qual efectuou a delimitação nos centros urbanos antigos do Concelho de Azambuja.

A base de dados de património arqueológico, também designada de “Endovélico”, consiste num sistema de informação e gestão arqueológica, desenvolvido para prossecução das atribuições das instituições tutelares do património arqueológico, primeiro no ex-Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e depois no ex-Instituto Português de Arqueologia (IPA).

Tem assumido um papel fundamental enquanto instrumento de planeamento e administração da actividade arqueológica em Portugal, mas também de investigação e salvaguarda do património arqueológico. Este sistema encontra-se em actualização permanente e está associado a um SIG, que visa conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos.

Pretendeu-se com o relatório referido anteriormente caracterizar de forma aprofundada todo o património arqueológico existente no Concelho, indicá-lo de forma precisa com os dados existentes e georeferencia-lo, contribuindo assim para os objectivos definidos no PROT OVT. No Concelho da Azambuja estão referenciados 16 monumentos arqueológicos.

No Concelho de Azambuja existem alguns núcleos urbanos tradicionais, que urgiu localizar e delimitar, criando regras distintas de gestão urbanística, sob pena da sua progressiva descaracterização e degradação.

Esta distinção foi necessariamente tida em consideração em fases adiantadas do processo de planeamento, designadamente na realização das normas regulamentares. Com o objectivo de delimitação dos núcleos urbanos tradicionais realizou-se um trabalho de campo extensivo tendo sido possível interpretar a essência e complexidade dos diferentes núcleos.

Associados às diversas problemáticas relacionadas com os núcleos tradicionais/antigos, o mestrando deparou-se com um conjunto de ideias pré-estabelecidas, como a antiguidade e mau estado do edificado, as más condições de habitabilidade, a idade avançada dos moradores, entre outros. Estes são aliás, alguns dos principais problemas que são apontados quando se fala na gestão/requalificação destes espaços.

Neste sentido, os núcleos urbanos tradicionais, adiante designados por núcleos antigos, devem ser considerados na sua globalidade como um todo que admite expressões arquitectónicas diversificadas, síntese de múltiplas actividades humanas, com as suas edificações, estrutura espacial e enquadramentos, que é necessário respeitar tanto nas suas manifestações mais modestas como nas mais significativas.

Foram considerados como núcleos antigos todos os lugares que *á priori* teriam condições. No decurso desta fase, foi possível avaliar e registar o estado e contexto envolvente de cada núcleo e proceder-se ao levantamento fotográfico do mesmo. No trabalho de campo foi preenchida uma ficha de avaliação do estado e contexto dos núcleos e efectuado o levantamento fotográfico.

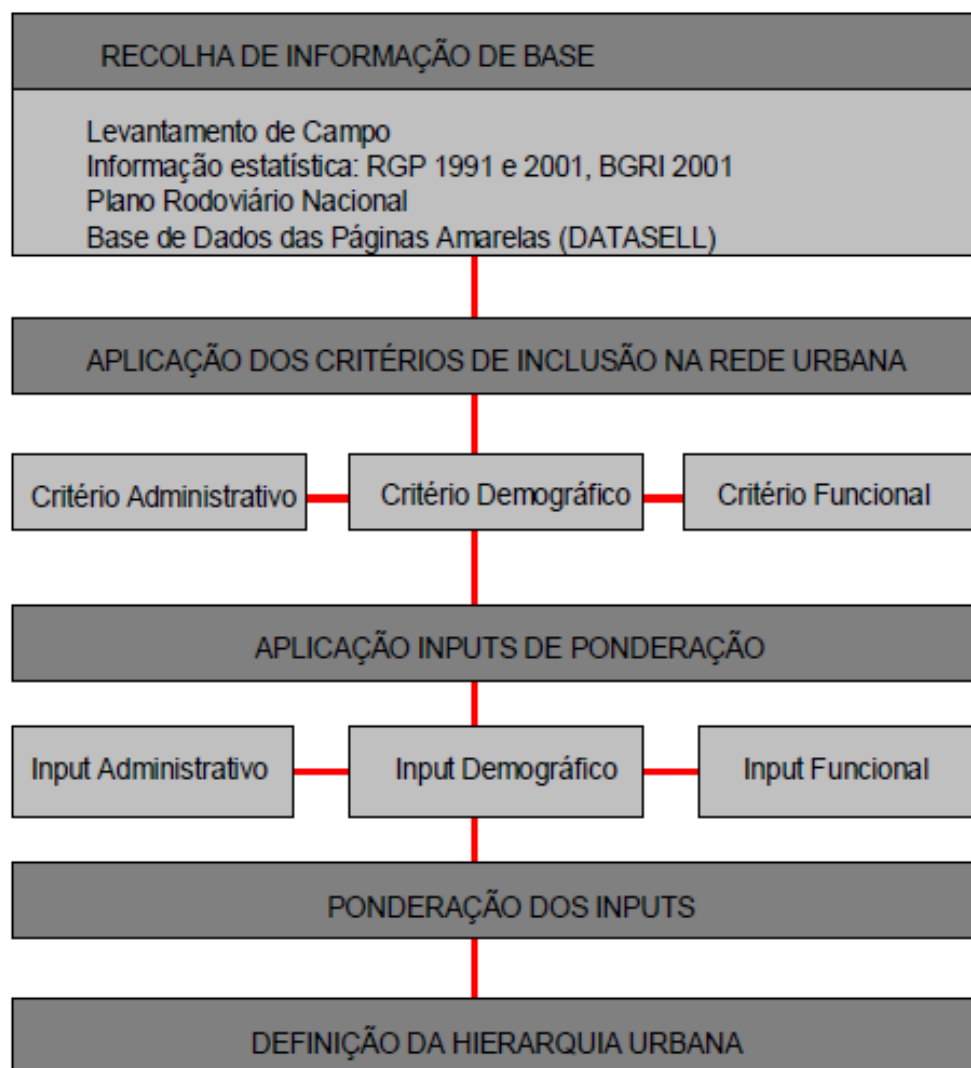
Cada ficha encontrou-se estruturada em dois campos de informação, relativos à localização geográfica (sobre o ortofotomapa) e à caracterização sumaria do núcleo, com fotografias e uma breve memória descritiva. A ficha veio acompanhada por planta com a delimitação da área urbana a valorizar e preservar. Na execução deste trabalho foi essencial a ajuda dos serviços da Câmara Municipal da Azambuja (CMA).

Na sequência de reuniões de trabalho efectuadas com a CMA, nomeadamente com representantes do Departamento do Urbanismo e do Museu Municipal, determinaram-se três núcleos urbanos cuja concentração de património edificado, assim como, verificando-se a harmonia do conjunto, merece a sua identificação no referido inventário: Azambuja, Manique de Intendente e Vila Nova de S. Pedro.

Nas últimas décadas, verificou-se uma evolução diferenciada no Concelho, que se caracterizou essencialmente por uma estagnação da componente rural, o que provocou desaparecimento ou degradação de algum do seu património rural.

No Relatório 8 – Rede Urbana, efectuou-se a hierarquização dos aglomerados urbanos do Concelho de Azambuja, atendendo a um conjunto de factores, designadamente, administrativos, funcionais, demográficos, ou de acessibilidade. A metodologia empregue nesta análise baseou-se em quatro fases distintas, conforme esquema de seguida incluído:

- 1ª Definição dos Núcleos Urbanos a considerar para efeitos da análise da Rede Urbana;
- 2ª A Determinação dos inputs a serem incluídos na análise da Rede Urbana;
- 3ª A análise e a ponderação dos inputs; e
- 4ª A Definição da Hierarquia Urbana.



Quadro nº 2 – Esquema síntese da metodologia de análise da Rede Urbana
Fonte: Relatório 8 – Rede Urbana, do PDM de Azambuja

O conhecimento da Rede Urbana, da sua distribuição espacial e da sua hierarquização atendendo a variáveis diversas que caracterizam o meio urbano e que ultrapassam o comum olhar para as localidades em função da sua população absoluta, é um passo essencial na definição de estratégias a nível de planeamento para corrigir ou valorizar pontos fracos ou fortes daquelas variáveis.

Qualquer exercício prospectivo de planeamento relativo ao sistema de povoamento concelhio, à infra estruturação e dotação de equipamentos, assim como, à previsão de reserva de espaço destinado a um qualquer fim específico, fica condicionado desde logo pela dinâmica instalada na Rede Urbana e é sobre esta, em particular, que se deve investir num quadro de crescimento e desenvolvimento sustentado.

A Rede Urbana de Azambuja caracteriza-se pela bicefalia, destacando-se claramente a Sede de Concelho em relação ao segundo lugar que se destaca no quadro municipal, Aveiras de Cima. Deste facto decorre a necessidade de se recorrer a dois níveis cimeiros na posição hierárquica da Rede, sendo que cada um destes níveis é constituído apenas por um único núcleo urbano: a Azambuja, no nível A e Aveiras de Cima, no nível B.

A vila Sede de Concelho assume papel de destaque quase absoluto em qualquer uma das variáveis. De facto, assume-se como maior pólo residencial, maior fornecedor de serviços e equipamentos, sendo que, centra ainda as funções mais raras e os únicos equipamentos de carácter municipal ou supra municipal.

Apenas perde posição cimeira em relação às acessibilidades, em idêntica pontuação hierárquica com a localidade de Vila Nova da Rainha e com Aveiras de Cima, neste caso em particular, impulsionado pela existência na localidade homónima do único nó de acesso à auto-estrada localizado no Concelho.

Verifica-se igualmente que o crescimento populacional no último período intercensitário na vila de Azambuja não é o maior do Concelho, em termos relativos, embora quase o seja em termos absolutos, apenas ultrapassado pelo excepcional crescimento da vila de Alcoentre. A vila de Aveiras de Cima assume uma posição cimeira, secundando a Sede de Concelho, com assinalável número de funções oferecidas, facto que denota as condições de acessibilidades auferidas.

No terceiro nível, encontram-se as localidades de Alcoentre, Manique do Intendente e Vila Nova da Rainha, aglomerados cuja dimensão populacional e oferta de equipamentos de carácter supra local e no caso particular de Vila Nova, de funções, os permite classificar como uma posição intermédia na hierarquia urbana do Concelho.

No Relatório 11 – Infra – Estruturas, realizou-se a caracterização da rede de infra estruturas fundamentais para a manutenção da qualidade do meio e de vida, como tal, condicionadoras da ocupação do território, designadamente, as infra estruturas de saneamento básico, abastecimento de água, ou recolha de resíduos sólidos do Concelho de Azambuja.

A execução do relatório de Infra-Estruturas do Concelho de Azambuja tem como fundamento a necessidade de se incluir nos documentos de caracterização do procedimento de revisão do PDM, a definição e caracterização da área de intervenção, identificando entre outras “ ... as redes de abastecimento público (...) bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos ...”, conforme dispõe a alínea b) do n.º 1 do artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro.

Assim, para a construção do relatório de Infra-Estruturas, numa primeira fase, procurou-se recolher junto da CMA os elementos de base necessários para a elaboração do mesmo: caracterização qualitativa e quantitativa das redes em causa. De referir antes de mais que a recolha de dados sobre o abastecimento de energia e de telecomunicações, inexistentes na CMA de forma sistémica, foi efectuada posteriormente no decurso do trabalho de revisão, havendo então necessidade de se actualizar o referido relatório em capítulos correspondentes a estas matérias.

Os dados de base relativos às redes de captação, abastecimento e tratamento de água, redes/sistemas recolha e tratamento de efluentes, e de recolha e tratamento de resíduos sólidos, não se encontravam de igual modo, sistematizados pela CMA. Neste quadro e porque estes não são temas despidiendos no âmbito de elaboração de um PDM, recolheram-se dados junto das seguintes entidades:

- Câmara Municipal da Azambuja;
- Águas da Azambuja, S.A. (AdAz); e
- Águas do Oeste, S.A. (AdO).

Os dados relativos às redes/sistemas de abastecimento de água e de tratamento de esgotos tiveram como base o estudo da empresa concessionária recentemente criada AdAz.

Esse estudo apresenta a solução proposta, composta por um conjunto de infra-estruturas projectadas/em execução e a construir por aquela empresa, assim como as infra-estruturas a construir da responsabilidade da Concessionária em “alta” AdO.

Tendo ocorrido um lapso temporal de três anos e atendendo aos investimentos que têm vindo a ser efectuados recentemente, foram efectuadas actualizações relativas à drenagem e tratamento de águas residuais, com base em dados fornecidos pela CMA, mas não constantes de qualquer documento oficial da AdAz, traduzidas igualmente na cartografia.

Teve-se ainda em consideração o Relatório Preliminar dos Trabalhos em Curso, documento elaborado pela AdAz e datado de Janeiro de 2010. No que se refere às redes de abastecimento de água não se efectuou qualquer actualização, uma vez que, consultado o Relatório Preliminar dos Trabalhos em Curso da AdAz e os dados recentes fornecidos pela CMA, concluiu-se não existirem alterações significativas à situação descrita e às propostas constantes nos “Estudos de Base e Solução Proposta” da AdAz.

A mesma recomendação foi aplicável ao sistema em “alta” da responsabilidade da Águas do Oeste. Para dirimir dificuldade de leituras do relatório de Infra-Estruturas, convém distinguir, desde já os conceitos de Redes de Drenagem e de Sistemas de Drenagem e tratamento de águas residuais aqui utilizados.

Entende-se por rede de drenagem o conjunto de órgãos e estruturas que permitem a recolha do efluente e o encaminhamento até um determinado ponto de descarga por força gravitacional e/ou sistema de bombagem, por tal, a rede inclui os colectores e os órgãos (eventualmente) necessários para efectuar bombagens (estações elevatórias) em situação em que haja necessidade de vencer obstáculos de cota.

Os sistemas incluem as redes e um órgão complementar destinado ao tratamento das águas residuais, a montante da descarga no meio. Julga-se também pertinente introduzir o conceito de sistema em “alta” e sistema em “baixa”. O sistema em “alta” compreende toda a infra-estrutura de captação, tratamento e transporte até aos pontos de entrega no sistema municipal para distribuição nos sistemas em “baixa” e a infra-estrutura de recolha, transporte e tratamento dos efluentes produzidos e recolhidos nos sistemas em “baixa”.

Convém por fim sublinhar que, nesta fase é apenas abordada a caracterização do sistema existente pelo que, as previsões previstas nos documentos serão abordadas em maior pormenor em fases seguintes do PDM, aferindo-se a projecção de ampliação e melhorias das redes com aquelas que venham a ser as propostas de Planeamento.

- ***Plano Director Municipal do Barreiro***

A análise e posterior formulação de uma proposta de ordenamento territorial para o Concelho do Barreiro exigiu a compreensão prévia das suas características e condições de inserção regional, dado estas constituírem uma referência fundamental na avaliação das suas dinâmicas recentes de desenvolvimento.

De facto, o Concelho do Barreiro ao integrar a AML considera um conjunto de factores indutores à sua dinâmica e ao seu “papel” no sistema metropolitano. Foi pois pertinente que, no âmbito da revisão do PDM, o Concelho do Barreiro fosse equacionado tendo em conta não só a realidade que encerra como também a sua envolvente.

O documento que foi realizado no âmbito da Revisão do PDM do Barreiro, integrou um conjunto de disposições e medidas, quer de natureza económica, quer de índole territorial, que poderam sustentar as necessidades territoriais e fundamentar a opção estratégica de consolidação dos fenómenos de crescimento equilibrado, quer do sector produtivo quer das áreas residenciais, equipamentos e infraestruturas de suporte ao desenvolvimento.

Esse relatório enquadrou-se também nos instrumentos urbanísticos existentes, para que houvesse uma coerência na abordagem do perfil de desenvolvimento urbanístico e económico-social para o Concelho, diagnosticando as debilidades e as potencialidades que o concelho apresenta, inclusivamente ao nível das relações que estabelece com o território que o envolve.

Pretendeu-se assim enquadrar as oportunidades e ameaças que, num horizonte de médio/longo prazo e com referência específica ao Concelho do Barreiro, se colocassem à região onde este se insere. É deste modo que, tendo presente a complexidade das dinâmicas em curso, se pretendeu estimular uma análise reflexiva que promovesse a valorização das potencialidades locais de modo sustentado através da presente revisão do PDM.

Face a tudo o que foi exposto o mestrando percebeu, logo à partida, que estava perante uma nova dimensão territorial/espacial, assistindo à transição de uma estrutura centrada e quase exclusivamente dependente de Lisboa, para um sistema territorial complexo no qual a periferia metropolitana desempenha, cada vez mais, funções de articulação, organização e equilíbrio da Região Metropolitana.

Foi neste contexto que se abriram novas condições e oportunidades à reorganização territorial e funcional da AML, processo que dependeu grandemente das dinâmicas e tendências instaladas e emergentes nesta área, as quais estão associadas, por um lado, às assimetrias e desequilíbrios sócio-urbanísticos e funcionais herdados do processo de metropolização das décadas de 50, 60 e 70, e por outro lado, às mudanças estruturais recentes decorrentes da alteração das condições de acessibilidade, da desconcentração de funções e actividades tradicionalmente localizadas no núcleo central e polarizador da estrutura territorial – Lisboa e da progressiva descentralização administrativa e reforço das iniciativas locais.

As ligações rodoviárias e ferroviárias ao território do Concelho do Barreiro constituem uma das principais condicionantes/factores de desenvolvimento. O Concelho do Barreiro é atravessado por importantes eixos rodoviários e é servido pela linha de caminho de ferro correspondente ao eixo Norte-Sul. O mestrando pôde então considerar que o futuro desenvolvimento económico do Barreiro estará naturalmente, associado à rede de acessibilidades – previstas e existentes. Entre as vias previstas merece especial referência a 3ª travessia do Tejo (Chelas-Barreiro).

No entanto, as questões estratégicas devem ser equacionadas não apenas em relação a Lisboa (em função da qual o Barreiro se tem tornado mais periférico), mas sobretudo, em face da rede de ligações entre os municípios da AML-Sul (exemplo do Seixal, Almada, Moita, etc.). Neste contexto, o Barreiro tem condições para se afirmar como polo estruturante, o que dependerá do tipo de aproveitamento que se fizer da rede de ligações a Sul de Lisboa.

Todavia há que considerar a concorrência exercida por outros espaços da Região de Lisboa. De facto, apesar de integrado na Sub-região da Península de Setúbal e localizando-se no interior da AML, o Concelho do Barreiro não observou, a exemplo de outros concelhos da margem sul, importantes reduções nas distâncias-tempo e distâncias-custo face a outros espaços da própria AML, nomeadamente a Lisboa.

O facto de se localizar entre as duas pontes existentes (o que determina algumas dificuldades de acessibilidade que não se manifestam de uma forma tão expressiva em Concelhos vizinhos, como Alcochete, Montijo, Seixal e Almada) não joga em benefício do Barreiro. Espera-se que a futura 3ª travessia sobre o Tejo (Chelas-Barreiro) altere o actual cenário de acessibilidades ao Concelho e à Cidade do Barreiro com todas as consequências que daí advenham.

De qualquer forma, deverá constituir tarefa prioritária a afirmação de uma “vantagem competitiva” que diferencie o território do Barreiro dos espaços envolventes e que contribua para a estruturação de um novo perfil de especialização “produtiva”, baseado, entre outras áreas, no Conhecimento, no aproveitar da “Inércia Geográfica do Sector de Transformação” e ainda, na valorização dos elementos paisagísticos e ambientais presentes, com destaque para a zona ribeirinha do Tejo.

De facto, o Estuário do Tejo constitui não só um elemento valorizador do Barreiro, como da AML e mesmo do País. Não é pois de estranhar que o PROT AML (2002) o considere um elemento estratégico fundamental para o desenvolvimento do que se poderá designar por “Cidade de duas margens”, ou, “Recentrar a área metropolitana no Estuário do Tejo”. Esta Unidade Territorial mantém a sua delimitação inalterada com a elaboração do novo PROT AML, mantendo as mesmas características e estando sujeita a um conjunto de normas específicas que confirmam/reforçam o seu papel no contexto regional/metropolitano.

Importa também reflectir sobre as conexões entre estruturação do território e organização das redes de transportes. O impacto das novas ligações urbanas entre Lisboa-Coina-Setúbal, o Metro Ligeiro de Superfície, representam questões sobre as quais urge reflectir. Efectivamente que o Modelo de Organização Territorial do Barreiro dependerá, em parte considerável, dos impactes e dos apoveitamentos que decorrerão das novas redes de transportes. Uma vez mais importa reflectir sobre os impactos diferenciados conforme se analise as ligações Norte-Sul (Lisboa-Barreiro) e as conexões Sul-Sul (Barreiro-restantes municípios da Península de Setúbal). Nestas questões estão em jogo as diferenças entre um perfil de dependência face a Lisboa e um perfil de afirmação no contexto da AML Sul.

Assim, o mestrando pôde concluir que a evolução do Concelho do Barreiro, na dupla perspectiva da estratégia de desenvolvimento e da afectação do território, estará intimamente ligada à realidade envolvente sendo desejável a procura de complementaridades e sinergias com outros concelhos da sub-região, tirando partido dos elementos que conferem competitividade ao Concelho e num contexto territorial mais vasto.

Deste modo, o relatório de revisão do PDM do Barreiro abordou um conjunto de questões que pretendem enquadrar o Concelho do Barreiro administrativa e territorialmente em termos jurídicos e por último, nas figuras de plano existentes e/ou em elaboração, consideradas como as mais relevantes na actualidade.

- ***Plano Pormenor do Formigão - Entroncamento***

A Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Pormenor do Formigão – Entroncamento, teve como principal finalidade a incorporação, no processo de decisão das opções a tomar e na elaboração do Plano, de um conjunto de questões e valores ambientais, com o intuito de garantir o respeito pelo ambiente contribuindo para um desenvolvimento sustentável do Concelho.

Pretendeu-se assim, concretamente, efectuar uma análise e avaliação das alterações resultantes da expansão da área urbana do Entroncamento a concretizar na área de intervenção do Plano de Pormenor do Formigão - Entroncamento, particularmente das principais condicionantes ou implicações ambientais que suscitará tal processo de urbanização.

Através do processo de AAE, pretendeu-se igualmente encontrar soluções mais eficazes e inovadoras, de modo a evitar e reduzir os efeitos negativos no meio ambiente, resultantes da criação de um novo núcleo urbano vivido na área em estudo. No seguimento dos objectivos definidos para o procedimento, a AAE utilizou uma abordagem estratégica, que se consolidou em três eixos fundamentais:

- Articulação com o Processo de Planeamento;
- Avaliação de Natureza Estratégica;
- Validação da Avaliação e da Qualidade do PP.

Esta estrutura conferida ao procedimento de AAE, pressupõe que a AAE fosse complementar à concepção do PP do Formigão - Entroncamento, utilizando os elementos de trabalho do Plano, sempre que possível designadamente utilizando a estratégia de base orientativa do Plano. O desenvolvimento de todo o processo de AAE estruturou-se em três fases metodológicas:

1. Identificação e Análise de FCD;
2. Análise e preparação do Relatório Ambiental;
3. Seguimento.

Na primeira fase, procedeu-se à identificação e análise de Factores Críticos para a Decisão (FCD) e definição do contexto em AAE. Os FCD, estabelecem os temas essenciais para a decisão, sobre os quais a AAE se deve debruçar, dado que identificam os aspectos a considerar na concepção das opções estratégicas do plano ou programa e das acções que as implementam.

Os FCD resultam de uma análise integrada dos seguintes elementos:

- Quadro de Referência Estratégico (QRE) – congrega os grandes objectivos da politica ambiental estabelecidos a nível europeu e nacional, assim como estabelece, o enquadramento com outros planos e/ou programas, com o qual o PP tenha ligações.
- Questões Estratégicas (QE) – ou linhas de força que contribuem para a definição dos FCD. Mais não é, do que as questões às quais o PP tem de dar resposta.
- Factores Ambientais (FA) – constituem uma exigência legal e definem o âmbito ambiental, tendo em conta os factores ambientais legalmente estabelecidos.

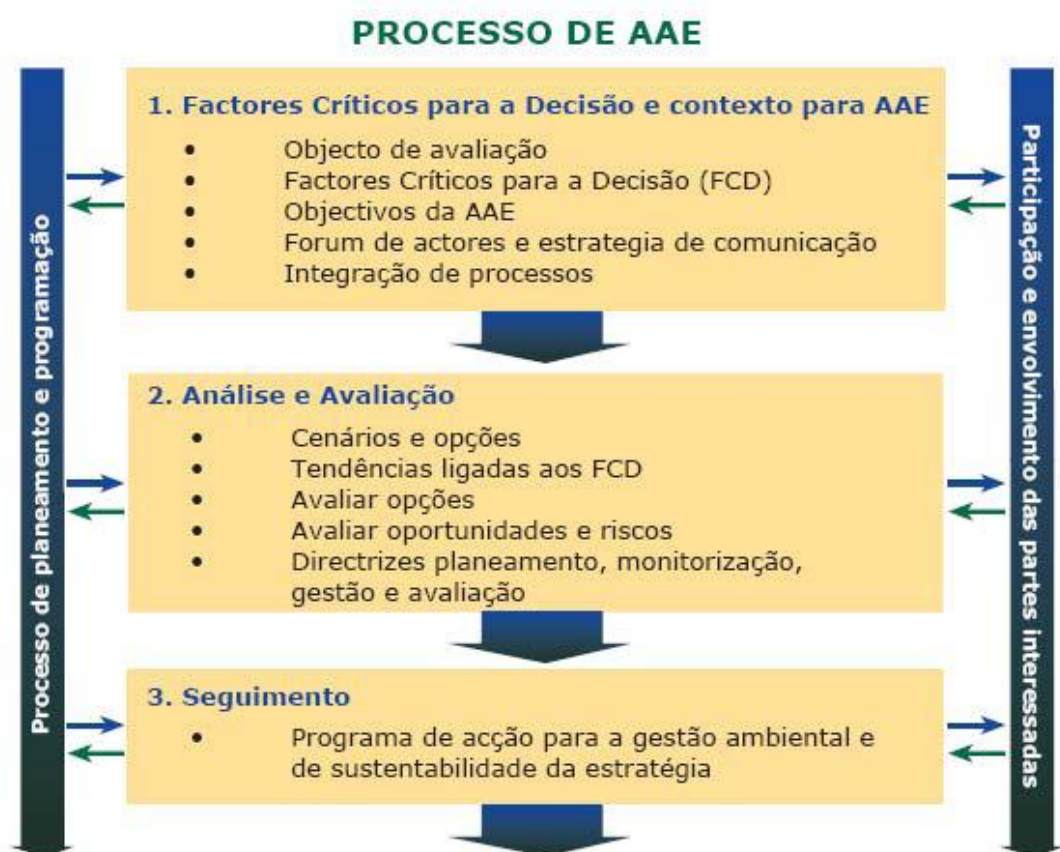
Na segunda fase, procedeu-se à análise e avaliação da AAE, “o objectivo é realizar os estudos técnicos de acordo com os FCD seleccionados e o nível de pormenorização e alcance estabelecido, que permitem fazer a análise de tendências e a avaliação das oportunidades e riscos em termos ambientais e de sustentabilidade e que devem ser implementadas em fase de seguimento.”

Neste quadro, a Avaliação de Impactes de Natureza Estratégica deve resultar na análise, por cada FCD, das oportunidades e riscos potenciais das estratégias preconizadas no presente PP, tendo em conta as seguintes etapas metodológicas:

- Explicitação das Estratégias definidas no PP;
- Explicitação clara e objectiva do território em causa, seus condicionalismos e potencialidades;
- Desenvolvimento das tendências de cada um dos FCD, comparando, sempre que o indicador assim o permita, a alternativa “Plano”, com a alternativa “Não Plano”;

- Definição de uma matriz de compatibilidades e conflitos, com a identificação clara de oportunidades e riscos.

Na terceira fase, deu-se o seguimento, que teve como objectivo único o de dar sequência a um programa que deve acompanhar o ciclo de planeamento e programação, nos anos em que o plano estiver operacional. De forma a compreender melhor todo este processo de AAE, propôs-se a análise do esquema que de seguida se apresenta e que ilustra de uma forma clara todos os passos metodológicos a ter em conta num processo desta natureza.



Quadro nº 3 - Sequência metodológica em Avaliação Ambiental Estratégica
Fonte: Relatório Ambiental – Plano de Pormenor do Formigão/Entroncamento

De referir por fim que o Relatório Ambiental do PP do Formigão - Entroncamento foi acompanhado por um Resumo Não Técnico, cuja função é a de sintetizar e sistematizar a informação constante no Relatório Ambiental e tornar a mesma perceptível para a população em geral.

- ***Plano Pormenor da Zona Nascente de Aveiras de Cima***

O PPZNAC apresentou como objectivo principal a criação de um parque logístico-empresarial em Aveiras de Cima. Alicerçado nos recursos existentes, na qualidade das acessibilidades e na disponibilidade de equipamentos e infra-estruturas, está-se em presença de um binómio estruturante da actividade económica do Concelho: o binómio, agricultura e florestas integradas em fileira de produção / serviços de transportes e logística.

Estes componentes do binómio, permitem por tal considerar a forte presença do mundo rural / empresarial em Azambuja, o que não obstaculiza à presença forte de uma realidade da actividade agrícola como complemento de actividades principais. A outra componente do binómio consiste no relevante e crescente contributo das actividades relacionadas com a logística e o transporte no produto realizado no Concelho.

Assiste-se a uma crescente especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal, à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização, esta com forte crescimento recente em Azambuja, tendo-se vindo ainda a desenvolver um conjunto de actividades associadas. Neste quadro favorável, existem boas possibilidades de diversificação da economia do território, designadamente baseada nos seguintes eixos:

- Consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes;
- Desenvolvimento do sector agro-florestal, com a criação de actividades a ele relacionadas, designadamente com actividades complementares, de cariz cultural e turístico.

O Concelho de Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. O Sistema Agrícola e Florestal englobam as principais actividades do meio rural, delimitando-se neste sistema as principais áreas de produção do Concelho. O Sistema Industrial / Logístico e de Armazenagem engloba as actividades dos sectores secundário e terciário, encontrando-se identificadas em planta as principais áreas empresariais do Concelho.

Estas realidades encontram-se sistematizadas seguidamente, através do mapa com o sistema produtivo do Concelho de Azambuja (*Figura 4*).

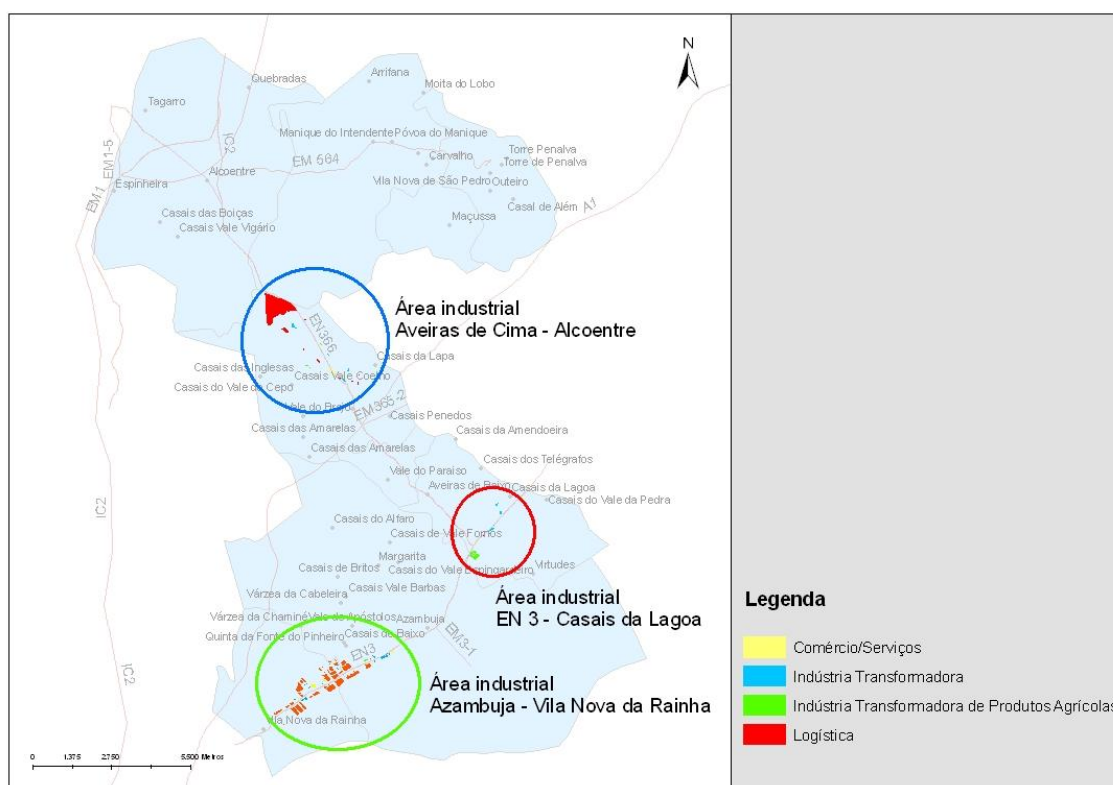


Figura nº 4 – Localização das principais áreas empresariais no Concelho de Azambuja
Fonte: Relatório de Fundamentação do PPZNAC

Uma análise da situação evolutiva revelou uma significativa irregularidade do número de unidades empresariais no período temporal de 1998 a 2007, verificando-se um ligeiro decréscimo relativamente ao ano de 1998 (-2%). Esta redução resultou tão-somente da diminuição constante do número de empresários em nome individual a partir do ano 2000, uma vez que ao nível das sociedades a evolução ocorreu no sentido oposto (+81,7% em 2007 comparativamente com o ano de 1998).

Se a evolução do quantitativo de unidades empresariais não clarifica a progressão do dinamismo económico do Concelho, o incremento do volume global de emprego, considerando as duas tipologias de empresas, em cerca de 31,6% no período em análise revela uma crescente capacidade de criação de emprego no Concelho de Azambuja. Este concentra-se maioritariamente nas sociedades, onde se registou um aumento de 55,3% no período em análise.

De salientar que, de 2006 para 2007, o Concelho de Azambuja sofreu uma quebra quer ao nível do volume de emprego, quer do volume de negócios das sociedades, facto a que decerto não será alheio o contexto de estagnação económica. Para o decréscimo do volume de emprego terá tido um forte contributo o encerramento da fábrica da OPEL.

O sector dos transportes e armazenagem assume na freguesia de Aveiras de Cima, um papel de relevância. Este sector apresenta uma significativa dinâmica de crescimento nos últimos anos, reflectindo-se tal situação na estrutura económica, onde constitui uma forte alavanca da freguesia e contribuindo para o seu crescente posicionamento como plataforma logística de importância concelhia e nacional.

O sector manteve sensivelmente, a mesma estrutura intra-sectorial ao longo do período temporal em estudo, bem como o mesmo nível de dispersão empresarial. Ao nível da concentração/dispersão empresarial e apesar de se localizarem no Concelho grandes empresas do sector – de que são exemplos a Jerónimo Martins, a Luís Simões ou a Auchan, entre outros - continua a verificar-se uma predominância das PME, tal como acontece de uma forma global nos restantes sectores.

Embora não se possa considerar a existência, na freguesia de Aveiras de Cima de qualquer parque ou Área de Localização Empresarial na sua verdadeira acepção – ou seja, planificada e criada de raiz com gestão própria e autónoma - observam-se contudo, áreas que, pela localização próxima das diversas unidades empresariais, se constituem como aglomerados/zonas industriais e logísticas e onde se concentra uma boa parte dos estabelecimentos/empresas do sector dos transportes e armazenagem.

A área de concentração empresarial/industrial Aveiras de Cima - Alcoentre encontra-se localizada na freguesia de Aveiras de Cima e manifestando alguma dispersão espacial, trata-se de uma área que apresenta como principais características a diversificação do tipo de actividades aí instaladas e a relevância da CLC – Companhia Logística de Combustíveis – no que se refere à área ocupada.

Como se pôde constatar pela representação cartográfica, nesta área localizam-se empresas de diversos sectores desde a indústria transformadora ao comércio/serviços e armazenagem/logística. Este último sector é representado por diversas empresas de armazenagem e transportes, sendo de destacar a CLC por se assumir, visivelmente, como aquela que ocupa uma maior área espacial (28,7% da área total deste aglomerado empresarial).

Há ainda a realçar por fim, a debilidade que caracteriza as actividades do sector terciário implantadas na freguesia de Aveiras de Cima, muito associadas aos mecanismos de apoio social da população residente, embora devam aqui exceptuar-se os casos do comércio por grosso e dos transportes e armazenagem, intrinsecamente ligados à sua actual vocação económica no contexto regional e nacional.

II. 3. Contributo do Estágio para o Desenvolvimento pessoal e profissional

Com este estágio teve-se a excelente oportunidade de trabalhar na T&AMB, que é uma empresa que desenvolve e realiza planos em diversas áreas de elevado interesse, tal como foi indicado anteriormente neste documento. De destacar ainda, o bom ambiente de equipa e camaradagem vivido nesta empresa, havendo apoio e entreaajuda entre os vários colaboradores, ambiente que é fundamental para o bom funcionamento de qualquer empresa.

A aprendizagem das tecnologias utilizadas teve de ser autodidacta, embora tenha tido sempre a disponibilidade de ajuda por parte dos colaboradores da empresa e o apoio indispensável do orientador, o Dr. Raúl Simão. Contudo, devido à aprendizagem e adaptação necessária às tecnologias, a implementação demorou um bocado mais do que aconteceria no caso de ser realizada por alguém já experiente, principalmente no início.

As maiores dificuldades sentidas foram principalmente devidas a esse facto, ter de tomar várias decisões com as quais o mestrando foi confrontado pela primeira vez e também o estudo e realização dos relatórios serem feitos somente pelo mesmo. Devido a isso, na parte final do ano de estágio o desgaste foi bastante notório, pois foi um período de trabalho bastante intenso a vários níveis.

Algo com o qual o mestrando ficou mais consciente, foi a importância de não deixar acumular partes do trabalho e prever melhor o tempo necessário para a realização dos vários relatórios. Como foi a primeira vez que teve esta experiência, geralmente demorava mais tempo do que previa.

Para além do que foi mencionado, embora se tenha realizado uma aprendizagem em diversas matérias, não foi possível aprofundar alguns conhecimentos. Por esse motivo, de futuro será também necessário efectuar estudos mais exaustivos e a completa validação das diversas matérias que foram aprendidas. Dessa forma será possível encontrar e corrigir eventuais falhas na elaboração dos relatórios e confirmar o cumprimento de todos os requisitos dos planos propostos.

Contudo, pode-se afirmar que o estágio foi positivo e contribuiu para um desenvolvimento, quer profissional quer pessoal, culminando em sucesso.

III - Reflexão Crítica

Este ponto tem como principal objectivo efectuar uma reflexão de tudo o que se passou durante este ano de estágio. A reflexão será apresentada através de três eixos fundamentais, as aprendizagens, as dificuldades e as sugestões.

Ao longo deste ano de estágio, as aprendizagens foram inúmeras. Lidar diariamente com a elaboração de planos que iriam regulamentar uma determinada área, foi das experiências de trabalho mais gratificantes até hoje obtida. Tal como foi referido, inicialmente não se esperava desenvolver tarefas relacionadas com os relatórios de regulamentação, pensando que apenas pessoas especializadas o faziam.

Esta era uma realidade completamente alheia, pois era quase desconhecida por completo as atitudes a ter com determinados planos e quais as suas necessidades em termos de relatórios de regulamentação. Foi então uma agradável surpresa constatar que para além de ter de lidar com eles diariamente, estes planos constituíam uma das prioridades da empresa T&AMB.

A integração num grupo de trabalho, o trabalho em equipa e o relacionamento interpessoal foram reforçados neste estágio. Para o cliente que exige e merece toda a eficiência e qualidade possível, tanto faz ser estagiário, como trabalhar lá há vários anos, pois todos os colaboradores eram a cara da instituição e por isso existia uma grande responsabilidade pessoal. A polivalência era a palavra-chave na T&AMB.

Tão depressa se estava a elaborar os relatórios de um determinado plano no gabinete, como a seguir se estava a ir em direcção à área em análise para a realização de trabalho de campo. Efectuou-se todas as tarefas possíveis e necessárias na empresa, adquirindo assim experiência em várias áreas, como a elaboração de relatórios, o trabalho de campo, as reuniões com clientes, etc.

As dificuldades reflectiram-se especialmente na elaboração dos primeiros relatórios dos diversos planos. Infelizmente não se dispôs de muito tempo para aprender as legislações que eram utilizadas. A ajuda tornou-se essencial nas actividades diárias da empresa e por isso as aprendizagens das diversas legislações, passaram um pouco para segundo plano.

De facto, esta situação acabou por ter consequências, pois os primeiros relatórios continham alguns erros em termos de legislação.

Talvez se existisse uma melhor adequação dos conteúdos aprendidos nas diversas faculdades e universidades do nosso país, às necessidades reais do mercado de trabalho, isto não se tivesse verificado ocasionalmente. Frequentemente após o dia de trabalho na empresa era ainda necessário vir para casa, continuar a aprender as diversas legislações existentes.

A existência de diversas legislações a serem utilizadas por cada plano a isso exigia, pois se fosse elaborado um plano de cada vez, esta situação dificilmente existiria, mas a verdade é que isso não corresponde a realidade actual do mercado de trabalho. Por mais que esse trabalho fosse efectuado em casa, era muito complicado acompanhar todas as legislações e conseqüentemente não eram aprendidas na sua totalidade.

Para quem passou os últimos quatro anos em salas de aulas, trabalhar num gabinete envolveu um esforço físico e mental muito exigente. Estar em constante trabalho oito horas por dia resultava num grande cansaço e no final do dia, não restavam mais forças para nenhuma actividade fora da empresa. Com o passar do tempo foi-se ganhando hábito, mas nos primeiros meses foi algo complicado de gerir.

Outra dificuldade consistia no facto de saber lidar com o stress de passar de uma actividade na empresa relativamente calma, para o stress repentino do cumprimento de prazos. De igual modo, uma explicação concisa dos diversos planos que se estavam a elaborar no momento e os que estariam ainda para começar logo ao início teria facilitado um pouco mais o trabalho.

Para o tempo de existência da T&AMB, a empresa encontra-se bem gerida e por isso não se deixam aqui muitas sugestões futuras. No entanto, devido à actual época em que se vive onde a informação virtual impera, deveria existir um website da empresa, o que iria permitir atrair novos clientes de forma mais apelativa, mostrando um pouco mais dos planos desenvolvidos pela mesma.

Também deveria ser feita uma aposta nas novas tecnologias que existem actualmente ao serviço da geografia, nas instalações da empresa. Existem também algumas lacunas quanto à equipa de trabalho, que deveria ser mais numerosa, a fim de poder garantir uma maior autonomia. Uma equipa de trabalho maior significa a curto prazo subida nas despesas, mas a médio e longo prazo aumento nos lucros.

Deveria também existir na empresa um espaço fora do alcance dos clientes para que os colaboradores pudessem estar mais descontraídos, como por exemplo uma sala para poderem beber um café, afastados da pressão diária do trabalho.

Uma última sugestão consiste na colocação de anúncios da empresa no prédio onde esta se localiza, de maneira a que seja mais simples o cliente identificar em que andar a mesma se encontra. Esta situação seria muito mais apelativa para o público em geral e para os clientes que se encontrassem na rua, pois estes iriam desde logo identificar onde a empresa se encontra localizada.

CONCLUSÕES

Este Relatório de Estágio mostrou-se de grande valia, pois além de permitir um maior desenvolvimento no campo da Geografia, também permitiu um melhor conhecimento da situação actual do ordenamento do território em Portugal, proporcionando assim, uma melhor aprendizagem em termos não só técnicos mas também humanos, através da possibilidade de experimentar situações reais onde estes conhecimentos são aplicados, como é o caso da Revisão de um PDM.

A principal lição aprendida em termos de estágio é a grande importância que actualmente os PDM desempenham na organização de um território, pois só com uma correcta distribuição de espaços se pode ter um impacto reduzido, que depois a longo prazo vai ser fundamental. É com base nesta ideia que se pode ter um Portugal no futuro correctamente organizado.

A realização deste estágio foi sem dúvida essencial para a conclusão da formação do mestrando, tanto a nível profissional como pessoal, pois o mesmo possibilitou aplicar grande parte dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo dos mais de seis anos de curso e de aprendizagem, que agora foram de grande utilidade ao longo deste ano de estágio.

Integrar uma equipa de trabalho na sua totalidade é uma experiência fundamental, porque principalmente em Geografia, tem de existir muito diálogo, coordenação e saber gerir os pequenos conflitos internos, para que o trabalho de cada um corra da melhor forma e que a empresa seja funcional na sua totalidade. Tudo isto são coisas que não se aprendem nas aulas e por isso depende principalmente da predisposição e saber estar.

Estagiar numa empresa e ter uma proximidade tão grande com procedimentos que não fazem parte do quotidiano, foi muito gratificante e acabou-se por estabelecer laços entre a instituição e o mestrando. Mais uma vez, poder testar as capacidades enquanto geógrafo e ter contacto directo com os diversos planos que eram todos diferentes, foi uma experiência muito enriquecedora e que nunca será esquecida.

Não é fácil e existe muita pressão, mas foi um trabalho feito com gosto e com o qual o mestrando se identifica bastante. A T&AMB também beneficiou bastante com a presença de um estagiário, uma vez que o mesmo não se limitou às actividades mais relacionadas com a área, tendo participado em todas as actividades laborais da T&AMB.

Como resultado do desempenho, o mestrando foi convidado a integrar a equipa de trabalho durante os meses seguintes. Apesar de se tratar de uma PME, a T&AMB continua a ter um fluxo de trabalho muito importante, o que só vem confirmar o bom serviço desempenhado nessa instituição. Por isso, o contacto com os clientes e as suas expectativas são assuntos delicados e fundamentais para o bom funcionamento da empresa.

Para além de estar preparado para desempenhar as funções que se propôs no início deste estágio na empresa T&AMB, o mestrando percebeu também como é importante na actualidade projectar a imagem de uma empresa e implementá-la num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, onde só se aceita a perfeição.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AIE	Avaliação de Impacte Ambiental
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CMA	Câmara Municipal de Azambuja
DL	Decreto-Lei
DPH	Domínio Público Hídrico
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
GTARN	Gestão do Território com especialização em Ambiente e Recursos Naturais
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IGESPAR	Instituto de Gestão do Património
IPA	Instituto Português de Arqueologia
IPPAR	Instituto Português do Património Arquitectónico
LBPOTU	Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo
NDT	Núcleo de Desenvolvimento Turístico
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
OT	Ordenamento do Território
PAC	Política Agrícola Comum
PDM	Plano Director Municipal
PDMA	Plano Director Municipal da Azambuja
PME	Pequenas e Médias Empresas
PP	Plano de Pormenor
PROT-OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e do Vale do Tejo
PU	Plano de Urbanização
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SWOT	Forças (S trengths), Fraquezas (W eaknesses), Oportunidades (O pportunities) e Ameaças (T hreats)
T&AMB	Traço e Ambiente, Consultoria em Ordenamento do Território e Ambiente
UNL	Universidade Nova de Lisboa

LISTA DE FIGURAS

Figura nº 1 – Área de intervenção do PROT OVT	20
Figura nº 2 – Gráfico termopluviométrico da estação climatológica da Fonte Boa.....	21
Figura nº 3 – Sub-Bacias principais do plano da bacia hidrográfica do Rio Tejo	23
Figura nº 4 – Localização das principais áreas empresariais no Concelho de Azambuja	39

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1 – Classes e Sub-Classes de ocupação do solo no Concelho de Azambuja	24
Quadro nº 2 – Esquema síntese da metodologia de análise da Rede Urbana.....	28
Quadro nº 3 - Sequência metodológica em Avaliação Ambiental Estratégica	37

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (2008), Documentos de Orientação da DGOTDU 01/2008, Direcção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano / Agência Portuguesa do Ambiente
- Maria do Rosário Partidário (2007) – Guia de Boas Práticas para a Avaliação Ambiental Estratégica – Orientações Metodológicas, Agência Portuguesa do Ambiente.
- Lei de Bases do Ordenamento do Território e do Urbanismo – *Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto*, na sua redacção actual
- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – *Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro*, na sua redacção actual
- Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional – *Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março*
- Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional – *Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto*